



TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA - CONSULTOR POR PRODUTO –

TOR/xxxx /Nº / 2024

1. PROJETO

OEI/BRA/21/002 - Melhoria da qualidade da educação no Brasil por meio do fortalecimento institucional do FNDE em seu papel para o alcance das metas do PNE.

2. ENQUADRAMENTO

2.1 Resultado

Resultado 1.5: Analisar a legislação e propor melhorias nas demandas extrajudiciais que possuam o Financiamento Estudantil (FIES) como tema, com o fito de aperfeiçoar a política pública, buscando a expansão da Educação Superior, cumprindo as metas do PNE 2014-2024.

2.2 Atividades

Atividade 1.5.1. Realizar diagnóstico sobre o alcance da execução das ações e contribuições diretas e indiretas das ações de ensino superior no atingimento das metas do PNE 2014-2024.

3. JUSTIFICATIVA

Impende ressaltar que o tratamento das demandas extrajudiciais alusivas ao Fies, que são desenvolvidas pelo FNDE, tem demandado recursos humanos e financeiros na estrutura da autarquia, considerando a complexidade de operacionalização do Fundo e abrangência de beneficiados, mostrando-se necessária melhor análise do programa para aperfeiçoar a avaliação educacional, especialmente no que concerne ao ensino superior.

Nesse sentido, destaca-se que a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, aprovou o Plano Nacional de Educação – PNE, que estabelece expressamente que o acesso ao ensino superior é um dos compromissos do Estado brasileiro. Assim, no âmbito da educação superior, o Fies é uma das opções eleitas como política pública para o alcance das Metas 12, 13 e 14, previstas no PNE, que visam a expansão da educação superior.

Desta feita, verifica-se que o propósito em tela se adequa às finalidades esperadas no âmbito do Projeto OEI, fazendo-se necessária a contratação de profissionais especializados, para realizar estudo técnico e monitoramento das demandas administrativas alusivas ao Fies, de modo a propiciar melhorias e soluções em relação às atividades operacionais, com o intento de aprimorar a gestão do

programa e contribuir para a tomada de decisões dos Gestores e, assim, manter a sustentabilidade da política pública.

4. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Consultoria especializada para aprimorar o monitoramento da gestão do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), mediante o desenvolvimento de estudos técnicos das demandas extrajudiciais referentes ao programa de política pública em apreço, com vistas à identificação das intercorrências, proposição de melhorias ao fluxo operacional e, por conseguinte, aperfeiçoamento e efetividade do tratamento administrativo.

5. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS

5.1 Especificação (Consultor 01 - Perfil 01)

- a) Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil, levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes;
- b) Analisar as solicitações extrajudiciais de maior incidência, identificando eventuais entraves.
- c) Avaliar e identificar as demandas extrajudiciais pendentes de conclusão relacionadas ao tema, com proposição de melhorias no fluxo operacional do programa.

6. REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

a. Formação Acadêmica

a.1 Diploma de conclusão de curso superior em qualquer área, com diploma devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

b. Exigência Específicas

b.1 Obrigatório: experiência comprovada de 03 (três) anos em atividades administrativas e/ou de consultoria administrativa, devendo ambas terem sido exercidas no âmbito da Administração Pública Federal.

b.2 Desejável: Experiência comprovada de 03 (três) anos em atividades na área de educação, com atuação específica em políticas públicas de educação.

c. Entrevista

c.1 Conhecimento da Lei n.º 10.260, de 12/07/2001 e da Portaria Normativa n.º 209, de 07 de março de 2018.

c.2 Conhecimento relacionado ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

7. PRODUTOS OU RESULTADOS PREVISTOS

7.1 Produtos (Consultor 01 – Perfil 01)

Produto	Data de entrega	Valor do produto
Produto 1 - Documento Técnico “A” contendo estudo e mapeamento das demandas recebidas na esfera extrajudicial pela CGFIN/DIGEF, no que tange aos requerimentos provenientes da Defensoria Pública da União referente ao Novo Fies, com vistas a identificar eventuais entraves e propor melhorias ao programa de política pública – Fies.	50 Dias	R\$ 12.533,50
Produto 2 - Documento Técnico “B” contendo estudo e mapeamento das demandas recebidas na esfera extrajudicial pela CGFIN/DIGEF, no que tange às solicitações provenientes do Instituto de Defesa do Consumidor (PROCON), referente à renegociação do financiamento estudantil, com vistas a identificar eventuais entraves e propor melhorias ao programa de política pública – Fies.	110 Dias	R\$ 15.040,20
Produto 3 - Documento Técnico “C” contendo estudo e mapeamento das demandas recebidas na esfera extrajudicial pela CGFIN/DIGEF, no que tange aos requerimentos provenientes dos Tribunais de Justiça com maior incidência, com sugestão de melhorias e avaliação do impacto na gestão do Fundo de Financiamento Estudantil.	175 Dias	R\$ 16.293,55
Produto 4 - Documento Técnico “D” contendo estudo e mapeamento das demandas recebidas na esfera extrajudicial pela CGFIN/DIGEF, no que tange às solicitações provenientes dos Tribunais Regionais Federais com maior incidência, com sugestão de melhorias e avaliação do impacto na gestão do Fundo de Financiamento Estudantil.	235 Dias	R\$ 15.040,20
Produto 5 - Documento Técnico “E” contendo estudo e mapeamento das demandas recebidas na	295 Dias	R\$ 15.040,20

esfera extrajudicial pela CGFIN/DIGEF, no que tange aos requerimentos referentes à exoneração/substituição de fiador, com vistas a identificar eventuais entraves e propor melhorias ao programa de política pública – Fies.		
Produto 6 - Documento Técnico “F” contendo estudo e mapeamento das demandas recebidas na esfera administrativa pela CGFIN/DIGEF, no que se refere às demandas provenientes dos estudantes no que tange ao tema de carência estendida dos contratos de financiamento estudantil, com proposição de aperfeiçoamento dos fluxos operacionais e avaliação do impacto da gestão do FIES.	360 Dias	R\$ 16.292,35
Valor total do contrato por consultor		R\$ 90.240,00

8. VALOR GLOBAL

8.1 Valor Global (Consultor 01): R\$ 90.240,00;

9. LOCAL DE ENTREGA/REALIZAÇÃO:

9.1 Local de entrega/realização (Consultor 01): Brasília/DF;

10. PRAZO DE EXECUÇÃO

10.1 Prazo (Consultor 01): 12 meses.

11. NÚMERO DE VAGAS

11.1 Número de Vagas (Perfil 01): 01 vaga.

12. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

12.1 Formação Acadêmica

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Curso superior completo em qualquer área, com diploma devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.	20,0

12.2 Exigências Específicas

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Experiência profissional mínima de 03 (três) anos em atividades administrativas e/ou de consultoria administrativa, devendo ambas terem sido exercidas no âmbito da Administração Pública Federal.	06 (seis) anos ou mais = 25 pontos 05 (cinco) anos ou mais= 15 pontos

	04 (quatro) anos ou mais= 10 pontos
Experiência profissional mínima de 03 (três) anos em atividades na área de educação, com atuação específica em políticas públicas de educação.	05 (cinco) anos ou mais = 25 pontos 04 (quatro) anos ou mais= 15 pontos 03 (três) anos ou mais = 10 pontos

12.3 Entrevista [a entrevista deve corresponder a, no máximo, 30% da pontuação]

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Conhecimento da Lei n.º 10.260, de 12/07/2001.	até 10 pontos
Conhecimento da portaria Normativa n.º 209, de 07 de março de 2018.	até 10 pontos
Conhecimento relacionado ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI).	até 10 pontos

13. CONSIDERAÇÕES

13.1 Processo Seletivo

- a) A realização do Processo Seletivo é feita por comissão de seleção instituída especificamente para este fim.
- b) A participação no processo seletivo implica na aceitação integral e irretratável dos termos deste edital.
- c) A seleção simplificada é pautada pela análise de currículos e entrevista, conforme segue:

13.1.1 Primeira Etapa – Análise de Currículos – PC

- a) Nessa etapa, será aferida pontuação para os currículos inscritos, conforme pontuação especificada neste Termo de Referência.
- b) Serão eliminados os currículos inscritos que não atenderem integralmente aos requisitos obrigatórios exigidos no edital.
- c) Serão convocados para a entrevista os candidatos com maior pontuação na primeira etapa - Análise de Currículos, ressalvados os casos de empate.

13.1.2 Segunda Etapa – Pontuação de Entrevistas – PE

- a) A etapa de entrevista será realizada conforme planejamento da Comissão de Seleção, observando os critérios do Termo de Referência e os princípios da Administração Pública Federal.
- b) A critério da Comissão de Seleção, a etapa de entrevista poderá ocorrer por videoconferência. Neste caso, as entrevistas poderão ser gravadas.
- c) poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;
- d) o total de pontos recebidos nesta etapa (PE) irá compor a pontuação total

recebida pelo candidato. PT (Pontuação Total) = PC (Pontuação de Currículo) + PE (Pontuação de Entrevista);

e) em caso de empate na Pontuação Total, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

i) obtiver maior tempo de experiência de trabalho em atividades relacionadas diretamente ao perfil exigido neste Termo de Referência;

ii) obtiver maior tempo de experiência profissional comprovada.

13.2 Considerações Gerais

Os produtos deverão ser entregues em versão preliminar e, após aprovação, em sua forma definitiva, com as devidas referências bibliográficas (quando necessário), em formato digital e capa contendo a assinatura do consultor.

A execução dos trabalhos previstos neste Termo de Referência não implica qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sem benefícios complementares, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151/2004.

O consultor deve ter disponibilidade para executar atividades no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em horário comercial, para que tenha acesso às informações necessárias à elaboração dos produtos propostos. No entanto, poderão também serem realizadas de maneira híbrida.

Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre materiais produzidos no âmbito desse trabalho pertencerão exclusivamente ao FNDE e sua utilização ou reprodução total ou parcial requererá autorização prévia desta Autarquia.